



ano 2
número 8
ISSN 2595-8232

Título | Pós-escrito: Sistema Mundial – império, riqueza e pauperização

Autor | José Luis da Costa Fiori

Palavras-chave | Sistema Mundial, Império, Estado Nacional e Riqueza

Fevereiro de 2019



Instituto de pesquisa de natureza privada criada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e os impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaborada pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam dos temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2019

ISSN 2595-8232

1. Pós-escrito 2019: o debate continua vivo¹

Passados 20 anos do lançamento do livro, *Poder e Dinheiro*, o primeiro entre quatro livros² lançados pelo grupo de pesquisa de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com colaboração de pesquisadores de outras instituições principalmente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o debate em torno da economia política internacional, da hegemonia americana, do acirramento das relações de poder e dinheiro entre as grandes potências, entre outros, continua mais vivo do que nunca.

Em recente texto, por exemplo, Fiori (2017) destaca a centralidade do posicionamento americano para o futuro da geopolítica internacional e para arbitrar as relações entre as diferentes regiões do globo:

(...) os EUA anunciam ao mundo que se orientarão daqui para frente, exclusivamente, pela bússola dos seus “interesses nacionais”, abrindo mão da neutralidade e da sua velha condição de árbitros de todos os grandes conflitos mundiais. Mas atenção, porque os EUA seguem se considerando um “povo escolhido”, com a certeza de que seus valores nacionais não são exclusivos, mas são superiores aos de todos os demais povos do mundo. Eles abdicam da função de defensores e árbitros da “ética internacional”, mas em troca assumem plenamente sua condição e seu objetivo de “império militar” com pretensões globais. Numa competição permanente e sem árbitros, onde todas as alianças e guerras são possíveis, em qualquer momento e lugar. E onde sua moeda, sua finança e suas sanções econômicas são assumidas plenamente como instrumentos de poder e armas de guerra, se for o caso. Por isso, o que se deve esperar daqui para frente, da parte dos EUA, é uma estratégia de guerra de movimento, com a prática do “*bullying militar*” permanente contra seus adversários reais ou potenciais, obrigando-os à uma corrida tecnológica e militar sem precedentes (FIORI, 2017).

Portanto, a compreensão da estratégia dos Estados Unidos e dos movimentos dela derivados são fundamentais para a compreensão das conexões estabelecidas no atual ‘sistema mundial’, principalmente daquilo que a literatura denomina de relação centro-periferia.

Em todos os momentos da história do capitalismo, algum Estado-nação assume a tarefa de *hegemon* impondo seus interesses sobre o ‘sistema mundial’ e, no

¹ Essa apresentação foi elaborada em conjunto com o Diretor do Ineep, Rodrigo Leão.

² Os livros são: *Poder e Dinheiro* (1997); *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* (1999); *Polarização Mundial e Crescimento* (2001) e *Poder Americano* (2004).

caso da periferia, impondo uma relação de subordinação na sua forma de inserção econômica, política e social dentro deste sistema.

Atualmente, a relação entre Estados Unidos e América Latina ilustra essa situação na medida em que os americanos, a despeito das suas mudanças na condução da política externa desde meados do século XX, tratam a região latino-americana como sua zona de influência, procurando direcionar, por diversos canais, a organização política e as prioridades de projetos econômicos e sociais da região segundo seus interesses. O próprio Fiori (2013) ressalta, por exemplo, a mudança de postura dos Estados Unidos em relação à América Latina no final da primeira década do século XXI, quando a ascensão chinesa na região e a projeção de governos de corte mais nacionalistas ou, em alguns casos, até socialistas, se colocam em conflito com a agenda americana para a região. Nesse momento, há uma mudança na atuação americana para a América Latina.

Já no final do governo de George Bush, os Estados Unidos mudaram sua posição, diminuindo seu grau de envolvimento político com os assuntos e países sul-americanos e aumentando o volume da sua presença. Inscreve-se nesta nova perspectiva americana, sua decisão de reativar a IVª Frota Naval responsável pelo controle marítimo do Atlântico Sul. E logo em seguida, a assinatura do acordo militar com a Colômbia que deu acesso aos norte-americanos a sete bases aéreas e navais, dentro do território colombiano, enfraquecendo os planos de defesa conjunta e autônoma do continente, liderados pelo Brasil. Com relação à América Central e ao Caribe, a posição americana foi e sempre é mais incisiva e excludente. Em última instância, sua posição segue sendo a mesma das últimas décadas, tal como foi definida por Nicholas Spykman – o geopolítico norte-americano – na década de 40, antes mesmo que terminasse a II Guerra Mundial e começasse a bipolaridade da Guerra Fria. Segundo Spykman: “a América Mediterrânea é uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos se trata de um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos. O que significa que o México, a Colômbia e a Venezuela ficarão sempre numa posição de dependência absoluta dos Estados Unidos. (...) Com relação à América do Sul, entretanto, a reativação da IVª Frota Naval dos EUA, em julho de 2008, inscreve-se dentro de uma linha mais realista e imperial de definição militar das ‘zonas de influência’ de interesse norte-americano, mesmo na ausência de liderança ou hegemonia político-ideológica, por parte dos Estados Unidos. (...) O novo poder aéreo instalado na Colômbia tem capacidade real de se projetar sobre a Amazônia e sobre quase todo o território sul-americano, completando o cerco de proteção naval e aérea do continente, por parte do poder militar norte-americano (FIORI, 2013, p. 218-219).

Esse maior ativismo militar passa a ser acompanhado, na segunda metade da década atual, da maior intervenção nos regimes políticos da América do Sul. O

recente ataque ao governo venezuelano, assim como a ascensão dos governos ultraliberais de Macri na Argentina e Bolsonaro no Brasil, após uma grande desestabilização sobre os governos nacionalistas que administravam as duas nações, mostram que o ativismo americano já atinge uma fase de questionamento dos próprios regimes eleitos caso estes se oponham ao interesse do *hegemon*. É muito importante que se entenda, sobretudo no caso dos que vivem na ‘periferia americana’, que acabou definitivamente o tempo da ‘hegemonia benevolente’, com seu compromisso irrestrito e universal com a democracia.

Ainda no caso da América Latina, um dos temas que, sem dúvidas, se contrapõem a essa agenda americana para região é a gestão dos recursos energéticos. Não por acaso, os recentes casos de tensão e instabilidade na Venezuela, no Brasil e na Argentina envolvem nações com volumes gigantescos de reservas de hidrocarbonetos.

O petróleo não é a causa de todos os conflitos do sistema internacional. Não há dúvida, entretanto, de que a grande centralização de poder que está em curso no sistema interestatal também está transformando a permanente luta pela “segurança energética” dos Estados nacionais numa guerra entre as grandes potências pelo controle das novas reservas energéticas que estão sendo descobertas nos últimos anos (FIORI, 2019).

Dessa forma, analisando-se com cuidado os acontecimentos na América Latina, onde a volta do ultraliberalismo coincide com as ambições de segurança energética americana, tal relação não pode ser considerada mera coincidência. Na verdade, a pujança energética da América do Sul é um dos impulsionadores do novo ativismo americano que, mais uma vez, utiliza-se das ideias liberais e globalizantes, ao lado dos seus instrumentos de ‘poder e dinheiro’, para exercer a sua hegemonia na periferia latino-americana.

Sem aprofundar demais esse debate, que exigiria um espaço muito maior do que esta apresentação, o fato é que o entendimento do setor de energia no Brasil, em especial do petróleo – na visão do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) – passa indubitavelmente por uma compreensão dos atuais movimentos americanos sobre a periferia latino-americana e, principalmente, sobre a retomada do pensamento ultraliberal na região, esmagando, mais uma vez, qualquer possibilidade de construção alternativa mais estruturalista.

Por isso, a ideia de republicar alguns dos artigos originalmente escritos para o livro *Polarização Mundial e Crescimento* se deve não apenas pela contribuição

histórica para o tema da economia política internacional, mas também em razão do seu papel central para orientar o debate sobre energia e petróleo realizado pelo Ineep. Nesse caso, a relação da retomada do pensamento ultraliberal na América Latina, assim como nos anos 1990, com a atuação imperial dos Estados Unidos tem profunda conexão com sua política energética, o que é um tema de grande interesse para o próprio Instituto.³

2. Introdução

Dois temas ocupam lugar de destaque na agenda das discussões socioeconômicas, neste início do século XXI: (i) o redesenho do mapa geopolítico e a polarização crescente da riqueza e do poder mundial e; (ii) a pauperização de grandes massas populacionais, sobretudo na periferia do sistema capitalista. Estes não são problemas novos, pois vêm sendo discutidos há muito tempo, no campo teórico e político. Seu retorno surpreende apenas, porque tais temas estão soterrados nas últimas décadas pela supremacia acadêmica e ideológica do neoliberalismo.

Não cabe neste artigo, uma nova discussão sobre as teses e as políticas dominantes durante este período. Basta lembrar o núcleo duro e utópico desta visão de mundo, responsável pela popularidade da ideologia da globalização. E neste ponto, o importante não é que essas ideias sejam novas, mas que se derivam do liberalismo clássico, econômico e político, em particular da sua crença num capitalismo sem fronteiras e gerido por Estados Nacionais que fossem reduzidos às suas funções mais elementares. Outro elemento central nesse ideário é a certeza de que a desregulação dos mercados, bem como a liberalização das economias nacionais promoveria, no médio prazo, a convergência da riqueza das nações e a redução das desigualdades entre as classes sociais.

Não é difícil perceber, portanto, porque os dois temas que abrem a discussão do novo século, não têm, nem tiveram, lugar dentro desta visão do mundo capitalista nos últimos 25 anos do século XX. A perda de soberania dos Estados Nacionais é vista como algo positivo, e se ainda existem desigualdades e pauperização, elas devem ser consideradas como uma fase dolorosa, mas transitória, no caminho da “terra prometida”.

Na América Latina, estas ideias também acabaram dominando o pensamento político e acadêmico, durante as décadas de 1980 e 1990, e se

³ Esse artigo foi publicado originalmente em 2001 como parte do livro *Polarização Mundial e Crescimento*. A versão atual apresenta algumas atualizações e tem como norte a importância do debate no sistema mundial para uma compreensão mais completa sobre o setor petrolífero global e brasileiro.

transformaram no fundamento teórico e ideológico de um novo projeto econômico de desenvolvimento, ‘associado e dependente’ das grandes potências, em particular, do poder e da economia norte-americana. Por isto, também na América Latina, durante este período, foram descartadas, como anacrônicas, todas as teses e preocupações contidas na agenda do debate latino-americano sobre o desenvolvimento, como as restrições externas ao crescimento e as origens das desigualdades sociais; mas também, a necessidade do intervencionismo estatal, e de um projeto de construção de um sistema econômico, nacional e autônomo.

A avassaladora hegemonia do ideário liberal, num contexto de fragilização temporária dos estruturalistas, marxistas e nacionalistas, é responsável pelo acanhamento do debate intelectual, que fica reduzido, naquele período, ao acompanhamento de curto prazo das políticas de privatização, desregulação e estabilização macroeconômica. Tais diretrizes acompanham a redução da margem de manobra dos Estados, deixando-os, ao mesmo tempo, prisioneiros da ‘camisa de força’ criada pelas suas próprias políticas liberais, bem como pela fragilidade financeira de seu novo modelo econômico, cujas restrições externas não lhes deixam espaço para um crescimento rápido e sustentado. Nesse cenário, não lhes sobram recursos fiscais para a expansão da infraestrutura e a sustentação de políticas sociais universalizantes, capazes de conter o processo de pauperização de suas populações.

Depois dessas duas décadas de experiência liberal-conservadora no final do século XX, tais ideias retornam em parte da América Latina nesta segunda década do século XXI, após um interregno de governos nacionalistas na região, que reorientaram o debate econômico e social.⁴

Agora, assim como naquela época, um fantasma que ronda hoje parte dos governos latino-americanos é a incapacidade de se entregar resultados diferentes

⁴ Nesse interregno, ou seja, entre o final da década de 1990 e da década atual, a América Latina viveu uma experiência com governos nacionalistas em diversas nações. O insucesso econômico das políticas liberais naquela década contribuiu decisivamente para a “virada à esquerda” dos governos sul-americanos, durante a primeira década do século XXI. Em poucos anos, quase todos os países da região elegeram governos de orientação nacionalista, desenvolvimentista ou socialista, que mudaram o rumo político-ideológico do continente. Todos se opuseram às ideias e políticas neoliberais da década de 1990 e todos apoiaram ativamente o projeto de integração da América do Sul, questionando o intervencionismo norte-americano no continente. Esse giro político à esquerda coincidiu com o ciclo de expansão da economia mundial, que favoreceu o crescimento generalizado das economias regionais até a crise financeira de 2008. Os sucessos econômicos ao lado da maior autonomia política e social materializada no fortalecimento do bloco regional latino-americano, de certa forma, foram se colocando, ao longo do tempo, de maneira conflituosa aos interesses das grandes potências, principalmente a americana. Essa maior “autonomia” também significou um maior controle de ativos estratégicos latino-americanos pelos seus respectivos Estados Nacionais, como foi o caso do setor de energia, o que novamente entrou em rota de colisão com os interesses dos Estados Unidos (FIORI; LEÃO, 2019).

daqueles observados no final da década de 1990. As experiências recentes mostram novamente as dificuldades da periferia para se beneficiar por completo do modelo liberal globalizante das grandes nações, como, por exemplo, nos resultados dos balanços de pagamentos, das dívidas públicas e da pobreza (FIORI; LEÃO, 2019). Basta notar as consequências da gestão liberal Macri na Argentina:

Algumas variáveis sintetizam o (des)equilíbrio econômico do governo de Macri em seus três anos de gestão: o produto interno bruto (PIB) acumulou uma queda de 1,3%, a inflação foi da ordem de 163%, o dólar subiu 290% em relação à cotação oficial de dezembro de 2015 e 160% em relação ao dólar paralelo naquele momento. A dívida cresceu US\$ 80 bilhões com credores privados e mais de US\$ 100 bilhões se forem incluídos os primeiros desembolsos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). (...) As consequências desses números sobre a vida cotidiana das maiorias populares são profundamente desoladoras. O desemprego atingiu 9% durante o terceiro trimestre de 2018 e não atingiu os dois dígitos porque, para já, o grosso do ajustamento foi feito por via da liquidação do poder de compra do salário. (...) As convulsões econômicas e os profundos retrocessos sociais são o saldo que o governo da nova direita argentina deixou até agora. E o pior parece ainda estar para vir (ROSSO, 2019, p. 5-7, tradução do autor).

Não deixa de ser curioso como os resultados são produtos da agenda de Macri que recupera na íntegra as premissas liberais adotadas nos últimos 20 anos do século XX. “Logo depois de triunfar nas eleições em outubro de 2017, Macri lança uma agenda econômico sustentada pelo tripé de reformas permanentes (reforma da previdência, flexibilização trabalhista e ajuste fiscal)” (ROSSO, 2019, p. 9).

É indiscutível que neste momento, a despeito dos resultados anteriores, há uma espécie de retomada do pensamento liberal nas agendas de parte dos governos latino-americanos. E junto há uma tentativa não apenas de estreitar, mas de sepultar qualquer pensamento crítico a esse ideário. Dessa forma, torna-se indispensável novamente a recuperação de um debate que muitos consideram superado sobre o desenvolvimento desigual e pauperizante do capitalismo. Uma discussão teórica e histórica, decisiva para a formulação de um projeto econômico, e de uma estratégia social, capazes de alterar uma rota que aponta hoje na direção da degradação e entropia das sociedades latino-americanas.

A fim de contribuir com esse debate, o presente “Texto para Discussão” está organizado de forma a analisar a formação do pensamento estruturalista na América Latina e o seu encontro com outros pensamentos de cunho mais progressista (seções 3 e 4) e também para apontar as lacunas teóricas deste

pensamento, sugerindo caminhos para supri-las num cenário de estrangulamento dessas ideias pelo império americano e seu ideário liberal (demais seções).

3. A tradição estruturalista

O retorno de problemas amplamente debatidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a desautorização progressiva das ideias que formaram o *mainstream* econômico e político, nas duas últimas décadas do século XX e que retornou na atual década de 2010, nos remeteu de volta à uma outra tradição intelectual, a do pensamento crítico latino-americano. E, dentro deste pensamento, às suas duas raízes mais importantes: o estruturalismo e um certo marxismo que se distanciaram, na década de 1950, das teses e diretrizes oficiais dos partidos comunistas.

Já faz mais de meio século que Raul Prebisch lançou seus ensaios descritos por Albert Hirshman (1987) como o “manifesto latino-americano”. Entre 1949 e 1951, Prebisch publicou três textos fundamentais⁵ – apresentados por Bielschowsky (2000) – em que desenhou a agenda de pesquisa e reflexão teórica da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) para as duas décadas seguintes. Este corpo de ideias se transformou na matriz de uma escola de pensamento e no fundamento teórico de um projeto e de uma estratégia político-econômica para a América Latina, que vigorou com sucesso do ponto de vista do crescimento econômico, até o início dos anos 1980, pelo menos nos casos do Brasil e do México. Tais ideias se somaram à várias outras correntes e projetos de industrialização que formaram o caldo de cultura da ideologia desenvolvimentista da década de 1950.

No campo estritamente teórico e acadêmico, as vertentes germinais de Prebisch e Furtado⁶ *apud* Bielschowsky (2000) deram origem ao que se chamou, desde aquela época de “escola estruturalista”, ou também, de forma menos precisa, de “pensamento cepalino”. Seu ponto de partida foi uma crítica à teoria do comércio internacional da economia política clássica, ou mais precisamente, da leitura neoclássica da teoria do comércio internacional de Ricardo (1971). Não há dúvida, entretanto, que a contribuição mais original da teoria estruturalista foi a sua visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, em escala mundial, entendido como um sistema econômico global e hierarquizado, cujo impulso dinâmico, desde a revolução industrial, se origina do seu centro cíclico principal,

⁵ Os três ensaios tratam o mesmo tema de forma complementar: “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, “Estudos econômicos da América Latina” e “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico” e estão publicados em Bielschowsky (2000).

⁶ O texto de Furtado que reúne elementos importantes para entender o pensamento estruturalista da Cepal, publicado em 1961, é “Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento” também presente em Bielschowsky (2000).

que esteve na Inglaterra, no século XIX, e passou para os Estados Unidos, durante o século XX. Segundo os estruturalistas, estes centros cíclicos impuseram os padrões de comércio e desenvolvimento desiguais e hierarquizados, que deram origem à ‘periferia’ do sistema.

Com isto, Prebisch e a Cepal resgataram o conceito de ‘periferia’, do senso comum, dando-lhe um significado muito preciso, associado a dinâmica cíclica da economia mundial e à deterioração secular dos termos de intercâmbio desfavoráveis, no longo prazo, para as economias periféricas.

Considerada do ponto de vista de cada nova geração, tem sido relativamente lenta e irregular a expansão universal do progresso técnico, cujo impulso, partindo dos países em que teve origem, se estendeu, pouco a pouco, a todo o mundo. No longo período que vai da revolução industrial à primeira guerra mundial, os novos métodos de produção, em que se vinha manifestando incessantemente a técnica, atingiram, apenas, uma pequena parte da população mundial. Irrompe o movimento na Grã-Bretanha, espalha-se para o continente europeu, onde se manifesta com graus diversos de intensidade, e, alcançando os Estados Unidos, registra um ímpeto excepcional. Finalmente, manifesta-se no Japão, ao empenhar-se esse país em assimilar, rapidamente, os métodos de produção do Ocidente. Criaram-se, dessa maneira, os grandes centros industriais ao redor dos quais a periferia do novo sistema – extensa e heterogênea – pouco proveito tirava dos melhoramentos verificados na produtividade (PREBISCH, 1951, p. 7).

Por isto, para eles, o próprio capitalismo latino-americano ficava ininteligível, caso não se tomasse em conta a especificidade da sua inserção econômica internacional, a partir do século XIX. Um tipo de inserção liberal na ordem econômica mundial, liderada pela Inglaterra e submetida ao seu sistema monetário internacional, o “padrão-ouro”. Para os primeiros estruturalistas, este foi o ponto de partida da explicação da forma e do ritmo do crescimento econômico, da difusão desigual do progresso tecnológico, da dualidade e das condições de desemprego estrutural, bem como da concentração da renda e da riqueza, na maioria das economias latino-americanas. Esta análise das condições em que operavam os mercados e o progresso tecnológico nas economias periféricas foi decisiva para que os estruturalistas concluíssem que cabia ao Estado e às políticas públicas um papel central nas industrializações periféricas. Tal tese os aproximava das ideias mercantilistas e das políticas preconizadas pelo nacionalismo econômico alemão.

Do ponto de vista da sua sociogênese, a teoria estruturalista foi, num primeiro momento, uma tomada de consciência e um diagnóstico dos anos 1930 sobre a América Latina como consequência da longa crise mundial, inaugurada pela

Primeira Guerra. Nesse sentido, o estruturalismo foi a forma de pensar de uma geração de intelectuais, que refletiu na América Latina sobre a mesma mudança global que inspirou a obra de Polanyi (1980), entre outros. Mas, progressivamente, ele se transformou numa teoria mais ambiciosa sobre as causas e a forma dinâmica de instalação e expansão do subdesenvolvimento. E foi a primeira reflexão sistemática e original dos latino-americanos sobre sua própria trajetória político-econômica, bem como em relação à sua especificidade frente ao resto do mundo capitalista. Um programa original de pesquisa que depois se expandiu para o campo da sociologia, da política e da história.

O método histórico-comparativo e a teoria estruturalista tiveram um parentesco indiscutível, apesar de que nem sempre reconhecido, com o pensamento econômico pre-smithiano, do século XVII e XVIII, e de algumas teses da escola histórica e do nacionalismo econômico alemão do século XIX.

Com relação aos primeiros, como Cantillon (2002) e Steuart (1966), existe uma convergência notável, do ponto de vista de suas concepções sobre a produção, o emprego, o excedente, a importância da agricultura, a natureza desigual do comércio internacional e a inexistência de um equilíbrio econômico.⁷ Mas, além disto, há uma enorme convergência entre os dois, do ponto de vista de suas concepções metodológicas. Nos dois casos, a preocupação com a coerência lógica e com proposições formalizadas é substituída pela descrição e interpretação dos fenômenos econômicos reais⁸, na sua complexidade social e histórica. Por isto, ambos investem no conhecimento histórico-comparativo. Além disto, o estruturalismo compartilha com o nacionalismo alemão – em particular com List (1942) e Schmoller (1905) – a visão do papel do Estado, da importância da industrialização, assim como da necessidade da construção de um sistema econômico integrado e capaz de autorreproduzir-se de forma relativamente endógena.

4. O encontro do estruturalismo com o marxismo

A publicação dos principais trabalhos escritos pela Cepal, quando completou seus 50 anos, organizada por Ricardo Bielchowsky, permitiu identificar,

⁷ Ao analisar a obra de Cantillon (2002), Carvalho e Borges Neto (2010) destacam que o autor franco-irlandês “trata do comportamento cíclico (de longo prazo) da economia e não prevê nenhuma tendência ao equilíbrio que pudesse ser interpretada como a recuperação de uma mesma situação real em longo prazo” (CARVALHO; BORGES NETO, 2010, p. 22).

⁸ O próprio Cantillon (2002) faz uma discussão ampla sobre o papel do dinheiro na economia real refutando, em certa medida, a neutralidade da moeda para a economia e reconhecendo suas implicações para os preços relativos.

com precisão, as várias etapas do desenvolvimento da “escola estruturalista”, desde os trabalhos pioneiros de Raul Prebisch e Celso Furtado (BIELCHOWSKY, 2000). Permitiu também perceber o seu vigor intelectual durante suas primeiras décadas de vida, e a sua perda de fôlego e originalidade a partir dos anos 1980, momento em que, muitas vezes, chegou a abandonar a perspectiva estrutural e de longo prazo na análise dos problemas econômicos e sociais latino-americanos. Com isso, a Cepal deixou, num segundo plano, o que fora seu ponto de partida: sua antiga visão sistêmica e global sobre as condições periféricas e as “restrições externas” ao crescimento, diagnosticadas na primeira hora do pensamento cepalino. Neste momento, todo pensamento econômico latino-americano se submeteu à discussão de curto prazo, dos problemas relacionados com a inflação e a desestabilização macroeconômica das principais economias do continente. Foi a hora do retorno e da hegemonia do pensamento neoclássico, bem como de sua defesa das políticas liberais e da reforma das instituições criadas durante o período desenvolvimentista. Mesmo o pensamento político e sociológico de inspiração estruturalista restringiu seu objeto de estudo, neste período, à discussão exclusiva sobre a origem e natureza dos regimes autoritários latino-americanos, que viviam os primeiros sinais de suas crises terminais.

Antes disso, entretanto, nas décadas de 1960 e de 1970, o pensamento estruturalista se diversificou, do ponto de vista de sua trajetória intelectual e institucional. A própria situação política chilena, na década de 1960, atraiu intelectuais de todo continente, que se refugiavam numa das suas últimas democracias. E, na década seguinte, uma vez mais, a situação interna chilena, estimulou a imigração dos intelectuais ‘críticos’ na direção de outros países e centros acadêmicos da América Latina. Nestes dois momentos, dentro e fora do Chile, o estruturalismo estabeleceu um diálogo construtivo com outras correntes de pensamento social e econômico.

Nos anos 1960, o estruturalismo viveu seu momento de maior proximidade e diálogo com algumas vertentes inovadoras do pensamento marxista latino-americano. Como se sabe, antes disso, com a ressalva de algumas contribuições individuais e excepcionais, como foi o caso de Haya de la Torre e Caio Prado Junior⁹, o pensamento marxista ficou prisioneiro das posições oficiais dos partidos comunistas latino-americanos. Sua pobreza teórica, entretanto, não impediu que as teses partidárias, sobre a revolução democrático-burguesa e sobre a natureza reacionária da aliança entre o imperialismo e o latifúndio se transformassem numa referência básica e simplificada, em torno da qual girou quase todo o debate teórico e ideológico da ‘era desenvolvimentista’. A tese central era que

⁹ Ver, por exemplo, Haya de la Torre (1927) e Prado Jr. (1983).

a revolução democrática deveria passar pela industrialização, e que esta só avançaria apoiada na aliança entre a burguesia e o operariado nacional contra os interesses do latifúndio e do imperialismo. Foi contra estas teses que se desenvolveu, nos anos 1960, um novo marxismo acadêmico, que punha sob suspeita a importação acrítica das categorias e dos modelos históricos europeus.

O sociólogo Roberto Schwarz resumiria, muitos anos mais tarde, o que foi o ponto de partida desta releitura de Marx:

a convicção de que faria parte de uma inspiração marxista consequente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas aí as de Marx”. [Tal posição que se aproximava de Prebisch, de Furtado e dos demais estruturalistas, no reconhecimento que as] categorias históricas plasmadas pela experiência intra-européia passam a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, diverso mas não alheio, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou, ainda, tendem a um certo formalismo. Um espaço diverso, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço de mesma ordem, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta (SCHWARZ, 1999, p. 95).

O encontro desta releitura marxista com o estruturalismo, teve um papel decisivo, na formulação do conceito de ‘dependência’ e na defesa da viabilidade – sobretudo no caso brasileiro – de um desenvolvimento dependente e associado às economias centrais ou industrializadas.

Numa outra clave e espaço institucional, ocorreu durante os anos 1970 o encontro do estruturalismo com o pensamento econômico da “Escola de Campinas”, e a sua releitura das ideias de Marx, Hilferding, Schumpeter, Keynes e Kalecki. Tal encontro deu origem à teoria do “capitalismo tardio”, e dos “ciclos endógenos” da nova economia industrial brasileira.¹⁰

Essa nova formulação teórica levou também a uma nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro que sublinhava sobretudo os seus problemas decorrentes da não centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não calibragem estratégica da política industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva; da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana

¹⁰ Santos (2013) detalha a formação do pensamento da “Escola de Campinas”.

e dos “pés de barro” que se sustentava o seu projeto de ‘potência emergente’ (FIORI, 1999, p. 35).

No final da década de 1980, era visível que junto com a nova hegemonia liberal, o pensamento crítico havia perdido sua vitalidade, enquanto muitos estruturalistas e marxistas aderiam, de uma forma ou outra, ao projeto liberal-conservador, que durante a década de 1990 promoveu mais uma rodada de ‘modernização conservadora’ das principais economias latino-americanas.

5. O ângulo “cego” da teoria

A derrota do ‘pensamento crítico’ latino-americano, sobretudo na década de 1990, não foi, evidentemente, um episódio acadêmico, nem muito menos uma prova da superioridade teórica das teses neoclássicas ou neoliberais. Contudo, expôs a dificuldade dos estruturalistas e de muitos marxistas para compreender e se posicionar, teórica e politicamente, frente às transformações mundiais que acabaram atropelando e destruindo a estratégia e as instituições desenvolvimentistas, construídas depois da Segunda Guerra Mundial. Sua derrota frente à avalanche neoliberal foi sobretudo política, mas também o resultado de algumas fragilidades e inconsistências teóricas, que já vinham de muito antes.

Já foi dito que a grande novidade e virtude da escola inaugurada por Raul Prebisch e Celso Furtado (*apud* BIELSCHOWSKY, 2000) foi sua abordagem sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo à escala global, e sua crítica à teoria do comércio internacional da economia neoclássica. E junto com isto, sua visão hierárquica das relações comerciais entre o ‘centro’ e a ‘periferia’ do sistema econômico mundial. Furtado foi quem melhor desenvolveu a versão histórica desta tese, mostrando como se constituiu o sistema, a partir da revolução industrial europeia. Para ele, “o advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época, passando a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (FURTADO, 1961 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 178).

Como já dito num outro ensaio sobre o próprio Furtado,

ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como ‘tipos ideais’ – de duas etapas fundamentais do ‘modelo clássico’ de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão de obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo. E a segunda, que se desenvolve a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte

da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalista mundial (FIORI, 2000, p. 36).

O mesmo recorte histórico que Furtado (1984) utilizou para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua segunda etapa, depois da revolução industrial, sintetizou a visão estruturalista sobre o movimento histórico de globalização do capitalismo sob a égide inglesa. Neste processo,

a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema. Processo em que se implantam, simultaneamente, as condições originárias do subdesenvolvimento latino-americano, que ele define como uma situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico (FURTADO, 1984, p. 109-110).

A política, o poder e as classes sociais ocuparam um lugar secundário nesta leitura histórica dos estruturalistas, de conotação fortemente schumpeteriana, na medida em que a inovação e difusão tecnológica foram posicionados no lugar central na periodização da história capitalista e na determinação, em última instância, do processo histórico de hierarquização ou dualização do sistema econômico mundial. Como consequência, há pouco espaço nestas análises estruturalistas para a competição entre os Estados e as determinações geopolíticas que atuaram favorecendo a supremacia da Inglaterra, e depois, dos Estados Unidos, dentro e fora da Europa.

Mais tarde, foi Furtado (1992), uma vez mais, quem melhor desenvolveu o conceito de “construção nacional”, dentro do pensamento estruturalista. Segundo Fiori (2000), para ele

a formação de um sistema econômico nacional teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de dar-nos a faculdade de ordenar o processo cumulativo em função de prioridades estabelecidas pelos próprios brasileiros; a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria ideia da

formação se fizesse vontade coletiva e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico” (FIORI, 2000, p.34).

Contudo, o estruturalismo, em geral, não enfrentou o problema do ‘interesse de classe’ do empresariado ou da burguesia latino-americana. Em princípio, a maior parte dos estruturalistas, pareceu haver suposto em suas análises e propostas político-econômicas, um comportamento empresarial clássico ou europeu, e por isto também acreditaram numa vontade coletiva nacional, capaz de se impor por cima das divergências entre as classes sociais e das alianças supranacionais do empresariado latino-americano. Cabe repetir aqui que o problema teórico de fundo foi, para a maior parte dos estruturalistas, que

o Estado foi sempre uma abstração, que ora aparecia como construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria numa dedução lógica ou num mero ente epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que se tomasse em conta a natureza das coalizões de poder em que se sustentava. E não há dúvida que esta cegueira teórica acabou cumprindo um papel decisivo no encaminhamento de estratégias desenvolvimentistas de natureza extremamente conservadoras, autoritárias e antissociais (FIORI, 1999, p. 26).

Não é casual, que o próprio conceito de ‘classe social’, pouco frequente nos textos estruturalistas, tenha sido substituído, sistematicamente, pelo conceito de ‘agentes’ ou ‘atores’ sociais e políticos. Com isto, eliminou-se esse debate sem resolver o problema crucial da incompatibilidade entre os ‘interesses de classe’, e da não convergência, na América Latina, entre os ‘interesses burgueses’ e os ‘interesses nacionais’. Os estudos clássicos da Cepal sobre a distribuição de renda latino-americana partiram, quase sempre, do suposto de que havia uma tendência natural do desenvolvimento econômico a produzir efeitos convergentes e homogêneos, do ponto de vista social.¹¹ Na análise do comércio internacional, a Cepal criticou corretamente a economia política clássica e fincou pé na diferença entre a ‘periferia’ e o ‘centro’ europeu; mas, na discussão do problema da distribuição desigual da renda e da pobreza, não incorporou a visão clássica do conflito essencial entre o ‘capital’ e o ‘trabalho’. E, além disso, assumiu como um dado que a convergência da renda dos indivíduos, na Europa e no Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, era a regra e não uma enorme exceção na história de um capitalismo, cuja tendência, sem intervenção do Estado, foi sempre a da “pauperização relativa”.

¹¹ Problema diagnosticado e criticado por Tavares e Serra (1970).

Por isto, um dos grandes paradoxos do pensamento cepalino se encontra na forma em que trata da questão nacional, ou da construção de um sistema econômico nacional. O projeto econômico dos estruturalistas, para a América Latina, à primeira vista, pareceu irmão siamês do projeto de Friedrich List para a Alemanha do século XIX. Todavia, a diferença fundamental está na forma em que cada um dos dois incorpora as ideias de ‘interesse nacional’ e de ‘poder nacional’.

List era um nacionalista e tinha um objetivo claro que organizava seu projeto econômico: a construção e o fortalecimento do Estado alemão. Os estruturalistas latino-americanos não tinham, ou não podiam ter, este objetivo. Suas ideias e propostas supunham, constantemente, o conceito de ‘interesse nacional’, mas eles não tomaram em conta a competição e a dominação política entre os Estados, e por isto suas propostas jamais mencionaram a ideia listiana de fortalecimento do ‘poder nacional’. Também neste caso, Celso Furtado foi uma exceção, mas suas ideias sobre uma formação econômica nacional, que só estariam concluídas com a criação “dentro do território brasileiro, de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se (...) [através] de centros de decisão consistentes e autônomos” (FURTADO, 1975, p. 79), são posteriores ao seu tempo na Cepal.

As teorias da dependência procuram corrigir alguns destes pontos, introduzindo a dimensão da política e dos ‘interesses de classes’ nas suas análises nacionais e internacionais. Mas sua leitura das relações hierárquicas mundiais é binária e linear, como se existisse sempre um Estado que manda e outro que resiste ou se associa e obedece. Os dependentistas não incorporam e nem se interessam pela geopolítica internacional, e por isto nunca compreendem a existência nem o funcionamento do núcleo central do sistema, composto por um número limitado de Estados que competem entre si e condicionam a dinâmica global, a partir de sua própria competição.

A longa guerra de 30 anos da primeira metade do século XX e a própria Guerra Fria ocupam um lugar absolutamente secundário na sua análise da era desenvolvimentista, uma história construída, segundo eles, por capitais, empresários e coalizões de poder. Como se a geopolítica mundial se reduzisse à alguns tipos básicos de relacionamento competitivo ou associado, entre um mesmo centro e vários Estados e economias periféricas. Uma arquitetura de poder estática, que muda sua forma, mas mantém a mesma estrutura básica através da história. Nesse sentido, a maior parte dos dependentistas acabam jogando fora a água e a criança, esquecendo-se do que havia de essencial no conceito prebischiano de ‘periferia’.

Além disto, como já foi dito, para que as análises da dependência tivessem avançado teoricamente,

seria indispensável fazer a crítica da economia política da Cepal pelas raízes, e não a partir de seus resultados como se procedeu: basicamente, do critério cepalino de periodização histórica (...). Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da Cepal na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas consequências, a história latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo. E não se podendo arrancar de uma periodização correta, nem de um esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 26).

E mesmo assim, a classe estudada e introduzida no esquema teórico é o empresariado, olhado apenas do ponto de vista do seu interesse material “cosmopolita” e internacionalizante, idêntico ao de todas as burguesias e aristocracias da periferia europeia. Com a diferença que, naqueles casos, apesar deste interesse e projeto de classe, as burguesias são coagidas, muitas vezes, pelas circunstâncias geopolíticas e geoeconômicas a sustentarem projetos nacionais e populares de afirmação do poder dos seus Estados e dos seus sistemas econômicos locais.

São estas experiências históricas, aliás, dos países onde o nacionalismo econômico operou com sucesso, que tem papel decisivo na convicção endogenista da teoria do “capitalismo tardio”.

O mesmo reaparece em todas as análises e propostas político-econômicas da “escola de Campinas”, que nunca esteve de acordo com a afirmação de Fernando Henrique Cardoso, de que “a acumulação capitalista, nas economias dependentes, não completa seu ciclo (...)” (CARDOSO, 1973, p. 163). Pelo contrário, o pensamento econômico campineiro sublinha, todo tempo, o dinamismo interno e os ciclos endógenos do capitalismo brasileiro, retirando importância analítica ao conceito de ‘periferia’ e deixando num segundo plano a discussão clássica da Cepal sobre as restrições externas ao crescimento latino-americano. Há uma revalorização do empresariado e do capitalismo nacional colocando-se, num plano secundário, o peso das relações econômicas e políticas internacionais. O próprio Estado desenvolvimentista volta a ter, por isto, as características de um instrumento que poderia ser redirecionado, a partir de um novo projeto de desenvolvimento orientado pelas verdadeiras prioridades nacionais e sociais da população brasileira.

Muito simplificada, pode-se dizer que o estruturalismo originário compreende a importância das relações entre o 'centro' e a 'periferia', mas sua visão do 'sistema mundial' é basicamente econômica; os dependentistas, por sua vez, esqueceram a economia e simplificaram em excesso a dimensão geopolítica do 'sistema mundial'; enquanto, finalmente, os campineiros não dão maior importância analítica ao próprio papel endógeno deste sistema.¹²

O problema nesta discussão é que nenhuma das três vertentes, desta tradição do pensamento crítico, incorpora simultaneamente, na sua leitura de longo prazo do desenvolvimento capitalista latino-americano, a questão das contradições e conflitos entre os Estados e entre as classes sociais. O capitalismo é um sistema global, mas se omite sistematicamente o fato de que sua gestão política é interestatal e competitiva. A expansão do sistema assenta-se sobre relações de classe, todavia o seu conflito não aparece na maior parte das análises econômicas.

Além disto, os Estados, individualmente, são vistos quase sempre como uma instituição homogênea e iluminista capaz de seguir os conselhos mais ou menos equivocados dos economistas. Trata-se de um aparelho dotado para encaminhar, desenvolver ou operar políticas econômicas. Não se toma em conta a heterogeneidade de interesses que atravessam os Estados, nem que tenham de cumprir objetivos incompatíveis com os ideais dos economistas. Neste sentido, o pensamento crítico é tributário de toda a tradição clássica e moderna da teoria econômica.

Uma visão do interesse de classe e do poder dos Estados que vem da economia política liberal se mantém na teoria neoclássica, assim como está presente na teoria keynesiana e nas teorias do desenvolvimento, incluindo sua versão estruturalista. O próprio Marx, quem melhor percebeu a natureza classista do sistema, tampouco inclui na sua análise do 'capital' e jamais considera relevante o problema dos territórios e da competição entre as nações para o estudo do desenvolvimento capitalista. De maneira que, para uns e para outros, os interesses e o poder político aparecem como uma 'externalidade', dentro de suas análises da dinâmica econômica. E a competição e a hierarquia de poder entre os Estados não tem um papel importante na sua teoria da distribuição da riqueza entre as nações.

Este ângulo 'cego' do pensamento crítico latino-americano pesou decisivamente na sua demora e dificuldade para compreender o que passava no mundo, a partir da década de 1970. Em particular, os processos simultâneos de

¹² É óbvio que esta generalização não inclui os trabalhos posteriores ao ensaio de Maria da Conceição Tavares sobre "A Retomada da Hegemonia Americana", que aparecem discutidos em Fiori (2001).

concentração territorial do poder e da riqueza mundial e de pauperização das grandes massas. A maior parte dos estruturalistas, bem como dos marxistas, interpretou as mudanças do sistema mundial, privilegiando as transformações tecnológicas e institucionais dos regimes de produção e acumulação. E, por isto, acabaram concordando, em muitos pontos, com as teorias do “crescimento endógeno” e da *new institutional economics*, chegando, às vezes, às mesmas conclusões da interpretação liberal do fenômeno da globalização.

Neste ponto encontra-se nossa principal divergência conceitual e de interpretação dos fatos.

6. Para retomar o caminho

Nossa releitura da tradição crítica do pensamento latino-americano parte, uma vez mais, do conceito e da análise da dinâmica do ‘sistema mundial’. E considera os espaços e limites dos desenvolvimentos regionais e nacionais do sistema capitalista, a partir de suas posições, conquistadas historicamente, dentro das hierarquias geopolíticas e geoeconômicas do próprio sistema.

Não temos dúvida sobre a profundidade das transformações vividas pelo ‘sistema mundial’ nos últimos 25 anos, mas consideramos que o fenômeno da globalização, não resulta de uma imposição tecnológica, nem é puramente econômico, mas envolve novas formas de dominação social e política que resultam de conflitos, estratégias e imposição vitoriosa de determinados interesses, tanto no plano internacional quanto no espaço interno dos estados nacionais.¹³ E, mais importante, estas transformações se aceleram a partir da década de 1970. Nesse momento, não suprimem as leis de movimento e tendências de longo prazo do sistema capitalista, nem sua forma de evoluir que preserva as contradições entre seus processos simultâneos de acumulação, do poder e da riqueza, impulsionados pela competição e conflitos entre os Estados e entre as classes sociais. No final do século XX, como em outros momentos de ruptura, as grandes transformações do sistema mundial envolvem, sempre, decisões e mudanças no campo da concorrência e acumulação do capital, assim como no campo da luta e centralização do poder político.

Neste sentido, uma vez mais, para entender a grande transformação das últimas décadas do século passado e seu impacto sobre a periferia do sistema mundial, há que olhar simultaneamente para as mudanças monetárias e financeiras e para os caminhos da centralização do capital, bem como para o processo de

¹³ Ver Tavares e Fiori (1997).

concentração do poder militar e político nas mãos da vontade imperial americana, na mesma linha que trata Fernand Braudel (1996): “o resultado de uma crise longa e generalizada foi sempre o de clarificar o mapa do mundo, de devolver brutalmente cada um a seu lugar, de reforçar os fortes e inferiorizar os fracos” (BRAUDEL, 1996, p. 65).

Muitos consideram conspiratória esta forma de ler as mudanças do sistema mundial. O problema é que para eles, tudo que não seja resultado das forças impessoais do mercado ou do progresso tecnológico, pertence ao campo metafísico da conspiração política. Quando na verdade, o que fazem é transferir para o plano analítico uma obsessão ideológica: a vontade de eliminar da análise do desenvolvimento histórico do sistema mundial, a política e o conflito de interesses entre os Estados e os grupos sociais. Sobretudo, porque esta luta entre interesses e poderes, seja no plano internacional seja no plano local, não se dá na forma de um ‘mercado político’ e não é compatível com a linguagem dos modelos de equilíbrio e das decisões racionais. Na luta pelo poder, a hierarquia e os objetivos diferentes e contraditórios dos decisores – individuais ou coletivos – são fundamentais e é isto que não entra ou não pode entrar nos esquemas teóricos das interpretações mecanicistas (FIORI, 2001).

Esta proposta metodológica de interpretação das mudanças do sistema mundial desenha uma agenda ou programa de pesquisa de natureza histórica, em que o problema do desenvolvimento desigual do capitalismo reaparece estreitamente vinculado à competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza mundial. O que recoloca a questão teórica e histórica das relações contraditórias: (i) entre a natureza simultaneamente nacional e internacional do capital; (ii) entre a natureza global dos fluxos econômicos e a sua gestão política pluriestatal; (iii) entre a vocação liberal-internacionalizante do capital e sua permanente necessidade de associar-se às máquinas estatais de poder territorial e; (iv) entre a vocação ao império mundial, do capital financeiro e a multiplicidade de vocações imperiais dos poderes políticos.

Neste ponto que a tradição estruturalista pode e deve ser enriquecida pelas novas abordagens históricas que trabalham, desde a década de 1970, com os conceitos de “economia mundo capitalista”, como faz Braudel (1970) e “sistema mundial moderno” elaborado por Wallerstein (1974). Tais abordagens se propõem a estudar, exatamente, a história da expansão do ‘sistema mundial’ e da constituição da economia de mercado e do capitalismo internacional, enquanto obra conjunta do poder político e do capital. Como diz Fernand Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”, e foi só na Europa dos séculos XV e XVI, que ocorreu esta junção, produzindo a “poderosa mescla, que

impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial poderosíssima e verdadeiramente global” (BRAUDEL *apud* ARRIGHI, 1995, p. 11).

Esta nova abordagem histórica retoma, em muitos pontos, a leitura histórico-institucional de Karl Polanyi (1980) sobre as origens dos mercados e das economias nacionais, e não se contradiz com os estudos de Norbert Elias (1993) sobre a sociogênese dos Estados. Em ambos autores, há uma preocupação comum com a constituição histórica das relações modernas entre o poder, o capital e o território; entre as guerras, os Estados e as cidades e; entre os impérios, as grandes potências e o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Todos se propõem entender a formação do capitalismo e do Estado investigando o seu momento originário, a hora em que se constituem, conjuntamente, a ‘economia mundo’ europeia, os mercados nacionais, os impérios coloniais, o sistema interestatal e as identidades nacionais. E é a partir deste momento inicial, que são pensadas as hierarquias e os conflitos mundiais; a formação do núcleo central do sistema, de seus impérios coloniais e de sua periferia, constituída por Estados independentes, mas subordinados. Como diz Braudel, “o sucesso do centro só é possível quando as economias inferiores e as economias submetidas são acessíveis, de uma maneira ou de outra, mas regularmente, à economia dominante (BRAUDEL, 1996, p. 244).

Braudel (1996) revoluciona a leitura da história econômica ao privilegiar o tempo longo e estrutural no estudo da constituição dos mercados e da economia mundo/capitalista, em torno do Mediterrâneo, a partir do século XIII. Sua visão dos tempos históricos e, sobretudo, da longa duração das estruturas econômicas, e sua definição do capitalismo oposta à da economia de mercado, como o espaço dos grandes predadores associados ao poder político, abrem as portas à uma nova teoria sobre as origens da modernidade.

É no terceiro volume de sua grandiosa “Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII”, que Braudel (1970) desenvolve sua teoria sobre as fronteiras, as hierarquias e a dinâmica expansiva da “economia-mundo”. Nesta obra, retoma a hipótese de Wallerstein (1974) sobre a origem do *modern world system*, mas busca suas raízes mais atrás, nas redes urbanas italianas e hanseáticas dos séculos XIII. E, a partir daí,

estuda a forma como se constituem as hierarquias e como no centro das “economias-mundo” aloja-se sempre um Estado fora de série, ao mesmo tempo temido e admirado. [Constatando que, nesta zona dominante], o Estado

mergulha no próprio movimento da “economia-mundo”, servindo aos centros, servindo ao dinheiro e a si mesmo (BRAUDEL, 1996, p. 30 e 40).

Enquanto que na ‘periferia’ do sistema, Estados se constituem em espécies de instituições esvaziadas, porque suas economias são dominadas por grupos ligados ou submetidos ao estrangeiro. Outro ponto importante da história braudeliana é sua descoberta de que os Estados e suas vontades políticas têm um papel decisivo na constituição dos próprios mercados e das economias nacionais, que nascem na França e na Inglaterra, como fruto da sua resistência à dominação mercantil e financeira da Holanda. Os mercados e as economias nacionais, portanto, não emergem de uma evolução espontânea do próprio mercado, pelo contrário, são injetados num espaço territorial pela vontade política dos Estados que se propõem e são capazes de articular e integrar suas economias regionais internalizando, ao mesmo tempo, os ganhos e as redes construídas pelo comércio de longa distância. Tal tese aproxima Braudel (1970) de Polanyi (1980), contra o senso comum construído a partir da teoria smithiana sobre a origem da economia de mercado.

Immanuel Wallerstein (1974), por sua vez, localiza a origem do *modern world system* no século XVI, como um subproduto do fracasso do projeto imperial dos Habsburgos. Segundo Wallerstein (1974), existem dois tipos básicos de *world system*: os que são dotados de um sistema político único, denominado de *world empires*; e os que são dotados de uma só economia, mas com vários sistemas políticos, que ele chama de *world economies*, cujo caso clássico foi o do capitalismo europeu, a partir do século XVI. Foi onde e quando se deu o pleno desenvolvimento da economia de mercado, que sempre conviveu com várias formas ou tipos de relações sociais de produção, unificadas pelo mesmo objetivo da "maximização sem limites" dos lucros.

Este novo sistema se estabiliza por volta de 1640, de forma hierarquizada: no seu centro existe um *core*, situado no nordeste europeu, cercado por uma semiperiferia, localizada na Europa do leste, e uma periferia mediterrânea que depois se estende para outras regiões do mundo, colonizadas pelos europeus. Cada uma destas regiões, especializando-se num determinado tipo de produção com diferentes tipos de relações de trabalho. Este sistema não é criado, mas se fortalece e se impõe definitivamente, segundo Wallerstein (1974), com o fracasso do projeto Habsburgo de constituição de um “império-mundo”. Neste ponto ele marca uma diferença fundamental com Braudel (1970), ao sublinhar mais do que o historiador francês, a importância do que ele chama de *core states*, que se constitui numa peça essencial de todo o sistema.

Para Wallerstein (1974), a “economia-mundo” se constitui num sistema único de divisão do trabalho, apesar de que seu dinamismo tenha muito a ver com o fato de que este sistema econômico seja gerido por um conjunto de jurisdições políticas independentes. Todavia, a despeito de que ele sublinhe o papel destas entidades políticas, Wallerstein (1974) considera, em última instância, que estes Estados são mais ou menos fortes e centralizados, dependendo que estejam mais ou menos próximos da zona central da “economia-mundo”. Ele chega a afirmar, em vários momentos, que não existem Estados periféricos propriamente ditos, o que existem são áreas periféricas, administradas por Estados fracos ou simulacros de Estados. Sintetizando o argumento: o desenvolvimento do capitalismo se dá na Europa, graças ao fato de que seus Estados não logram se transformar em “impérios-mundo” e, por isso, tem que operar num espaço que nunca foi controlado por nenhuma entidade política única e superior. Como ele diz, “o capitalismo pôde florescer porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (WALLERSTEIN, 1974, p. 348). Embora, em última instância, o sistema sempre tenha sido sempre coordenado por uma potência hegemônica, como foi o caso da Holanda, da Inglaterra e finalmente dos Estados Unidos.

Giovanni Arrighi (1995) se inscreve dentro desta mesma abordagem histórica, mas no seu esquema analítico existe uma relação mais estreita e ativa entre o poder político e o ‘capital’. Tal relação ocupa um papel mais importante na origem do sistema capitalista e na expansão cíclica das suas estruturas de acumulação e de hegemonia através dos últimos cinco séculos. Por outro lado, em linha com Braudel e Polanyi, Arrighi (1995) atribui às altas finanças um papel central na dinâmica do sistema, desde o século XV, com a formação e internacionalização do capital financeiro florentino e genovês que financiam, desde então, o poder territorial dos estados. Por isto, ele sustenta que a chave para compreender o sistema capitalista moderno está

no domicílio oculto onde o dono do dinheiro se encontra com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político, lugar onde desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitem ao capitalismo prosperar e se expandir indefinidamente nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção (ARRIGHI, 1995, p. 25).

Como diz noutra momento, “a fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado e em antítese a ela” (ARRIGHI, 1995, p. 20). Como consequência, para ele, o regime de acumulação em escala mundial é sempre

uma resultante de estratégias e estruturas implementadas e sustentadas por blocos de agentes governamentais e empresariais capazes de promover e organizar a expansão da economia capitalista mundial. Mas, por sua vez,

a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre concorrência interestatal e interempresarial. Deve-se também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo (ARRIGHI, 1995, p. 33).

O ponto de partida de Charles Tilly (1996), no seu livro “Coerção, Capital e Estados Europeus”, é um pouco diferente, mas os resultados de sua pesquisa e seu argumento são perfeitamente compatíveis com as teses principais de Braudel, Wallerstein e Arrighi apresentadas anteriormente. Ele se questiona por qual razão os Estados nacionais só nascem na Europa e porque dentro do continente acabam se impondo às outras formas de exercício coercivo do poder territorial, dinásticas ou imperiais e, finalmente, se pergunta se isto tem a ver com o fato de que a Europa tenha conseguido se impor frente ao mundo asiático, que era mais rico e sofisticado na altura do século XV. Sua tese ou resposta é que o ‘milagre’ europeu se impôs dentro e fora do velho continente, graças ao dinamismo gerado por sua fragmentação competitiva, que se desdobra num longo movimento entre os anos 1000 e 1815. E a explosão que está na origem deste enorme dinamismo nasce do encontro entre um conjunto de relações de troca e acumulação de capital, concentradas em algumas cidades europeias com um somatório de relações de coerção, que está na origem do poder territorial dos Estados. Entre 1550 e 1650 surge o

sistema europeu de Estados, incluindo no começo do século XVII, da Suécia até o Império Otomano, de Portugal à Rússia. Realidade confirmada pela guerra dos 30 anos e pela paz de Westphalia. Mas, desde um primeiro momento, dentro da própria Europa coloca-se a questão do porquê da polarização e oligopolização do poder mundial, na medida em que se formam dois tipos de estados completamente diferentes, as Grandes Potências¹⁴ e os demais? (TILLY, 1996).

¹⁴ Tilly define as Grandes Potências, como “Estados que tem capacidade militar e perseguem interesses globais que defendem através de vários meios, exercendo direitos excepcionais nas relações internacionais” (TILLY, 1996).

No alto dinamismo do sistema, como na sua hierarquização, Tilly (1996) vê o papel central das guerras, como uma espécie de origem e motor da ‘fragmentação criativa’ europeia. A Europa é um produto da guerra, e a guerra cria ou exige a homogeneização das populações e a formação de identidades coletivas, que se identificam, em primeiro lugar, com os senhores e as dinastias e, em segundo, com as religiões e finalmente com as nações.

Na discussão da guerra e dos seus encadeamentos, o autor se aproxima do argumento de Norbert Elias (1993), no seu estudo sobre a formação ou sociogênese dos Estados modernos. No seu clássico “O Processo Civilizador”, o autor analisa a tessitura elementar do processo de concentração inicial de poder por intermédio das guerras dinásticas do norte da Europa. Num tempo em que a luta ainda não era entre Estados ou nações, mas quando começavam a germinar as raízes de “toda a história posterior da formação de organizações monopolistas” (ELIAS, 1993, p. 114).

No norte da Itália, constituem-se as primeiras formas de articulação dinâmica entre o poder, o território, a guerra e a expansão da riqueza. Mas, é no norte da Europa, que se constroem os primeiros núcleos imperiais, nascidos da fragmentação do império de Carlos Magno. Na análise detalhada dos primeiros passos e conflitos entre estes núcleos, Elias (1993) registra o movimento germinal da concentração e centralização do poder, concluindo que “seja qual fosse a razão específica, a força propulsora primária foi produzida pela pressão competitiva intrínseca à configuração, pela luta elementar de sobrevivência entre as unidades e por seus conflitos de status e poder” (ELIAS, 1993, p. 218).

Este processo independe dos acidentes históricos, pelo simples fato de que

uma sociedade tenha numerosas unidades de poder e de propriedade de dimensão relativamente igual tende, sob fortes pressões competitivas para a ampliação de umas poucas unidades e, finalmente, para o monopólio (...) tendendo a desviar-se do estado de equilíbrio em direção a outro estado em que um número cada vez menor concorrerá entre si (ELIAS, 1993, p. 93).

Elias (1993), entretanto, agrega um ponto decisivo ao constatar que o processo de concentração de poder acontece de forma simultânea com o aumento da interdependência entre os próprios contendores. Tal contradição se agudiza com o estreitamento dos laços entre a competição dos poderes políticos e o movimento de globalização dos capitais privados.

Não é impossível aproximar as leituras geopolíticas e geoeconômicas destes autores a fim de tentar avançar e precisar analiticamente a forma em que se dá a dinâmica originária e geradora do sistema: a fissão nuclear gerada pelo encontro dos poderes territoriais com o dinheiro, mediado pelas guerras, cujo financiamento está na dívida pública. Nesse momento, ocorre a primeira expansão política do ‘capital’, antes que se consolidasse qualquer ideia de soberania nacional. Neste sentido, o que possibilita a origem do poder do Estado moderno com relação a outras formas de poder territorial é esta combinação expansiva do poder, com as finanças e os territórios, circunscritos cada vez mais pela competição e guerras com outros poderes dotados da mesma necessidade expansiva.

É isto que fez a originalidade e a força dos Estados que acabaram se impondo dentro e fora da Europa a outras formas de organização do poder territorial. E foram suas guerras que elevaram os custos de proteção dos poderes territoriais, obrigando-os a elevar e sofisticar suas formas de taxaço e financiamento.

Esta forma limite e duradoura de competição é que dá finalmente autonomia e vida própria ao ‘capital’, que se transforma em capital financeiro, a forma abstrata e dominante de todas as riquezas, capaz de interatuar de forma ‘invisível’ e ubíqua com a competição política, com a guerra e com todos os tipos de expansão do poder político e, ao mesmo tempo, com todas formas de resistência à estas expansões imperiais.

Em cada grande período ou século longo, existe um grande conflito central, uma guerra duradoura que é o núcleo atômico do sistema. Esta grande guerra ou bipolaridade, por sua vez, delimita uma espécie de "espaço tempo geoestratégico", que acaba envolvendo e hierarquizando todos os demais conflitos e, como consequência, todos os demais territórios. Parece existir uma relação estreita entre o dinamismo econômico interno destes territórios e seu grau de ‘proximidade’ com relação ao conflito central.

No caminho destas guerras, as cidades do norte italiano inventaram os títulos da dívida pública, sofisticados mais tarde pelos Bancos de Amsterdam e da Inglaterra, criados nos séculos XVII e XVIII. No coração desta engrenagem instalou-se a contradição entre a natureza globalizante do capital – aparentemente desterritorializado e apolítico – e seu impulso originário e permanente, político e territorializado.

Esta dinâmica de acumulação é necessariamente conflitiva e, por isto, ela repõe, a cada momento da história, novas formas de fronteiras, análogas as que existem na separação/competição dos capitais privados individuais. Uma espécie de

barreira à entrada que se desloca o tempo todo, recriando espaços de monopolização e fontes adicionais de poder e lucros extraordinários. Esta dialética originária acaba incluindo a competição intercapitalista dentro de um dilema análogo ao que foi chamado, no campo internacional, no século XX, de “dilema da segurança”. A necessidade implacável que os Estados tem de armar-se cada vez mais para manter sua capacidade de defender sua soberania frente a outros Estados que também se armam com o mesmo objetivo, numa escalada ascendente e sem limites.

Da mesma forma, no campo econômico, a expansão permanente do poder político e dos territórios econômicos se transforma numa necessidade e num instrumento essencial para a criação de novas formas de monopolização. Mesmo quando se pode constatar, depois da história passada, que algumas iniciativas colonizadoras ou periféricas, não tiveram os rendimentos esperados, e não foram decisivas para a acumulação da riqueza nas metrópoles. Este processo de expansão de poder/acumulação de riqueza, ao passar por rodadas sucessivas de novas monopolizações, aprofunda ao mesmo tempo a tendência do sistema à “pauperização relativa” e à polarização progressiva do poder e da riqueza entre as classes sociais e as nações. Processo contraditório que dinamiza, através da história, todos os grandes ciclos expansivos da acumulação e globalização do capital associados a projetos de poder imperiais ou hegemônicos, como o foi o caso americano no século XX, mas sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

7. O novo sistema mundial

Karl Polanyi publicou sua obra clássica sobre as mudanças econômicas, políticas e institucionais que permitiram, no século XIX, o pleno desenvolvimento da economia de mercado e da época de ouro da civilização liberal. Tal obra, “A Grande Transformação”, foi escrita durante a crise que preparou o nascimento, depois da Segunda Guerra Mundial, do *Welfare State* e dos Estados desenvolvimentistas, segundo Polanyi (1980), uma reação de autoproteção da sociedade contra os efeitos entrópicos dos mercados autorregulados.

Ao analisar as mudanças do século XIX, Polanyi (1980) foi dos primeiros a associá-las à vitória econômica e política da Inglaterra sobre a França e ao nascimento de uma nova ordem mundial, baseada no controle inglês dos mares, dos portos e da moeda de referência internacional. Foram esses os pilares em que se sustentou o domínio das ‘altas finanças’ e o poder imperial que a Inglaterra exerceu sobre o mundo, de forma exclusiva, até 1880, e de forma mais atenuada ou contestada, até o final da Primeira Guerra Mundial.

Depois do fim do ‘mundo socialista’ e da Guerra Fria, a vitória americana desaguou numa nova ordem mundial articulada a partir do poder global, econômico e militar dos Estados Unidos. Pouco a pouco, os analistas foram percebendo que as mudanças militares, financeiras e tecnológicas do último quarto do século XX, lhe haviam transferido uma enorme capacidade de comando e de penalização sobre o resto do mundo. Por isso, o que a princípio parecia uma visão conspiratória, tornou-se um fato normal e consolidado: ganhou força, no fim do século XX, um novo projeto de organização imperial do poder mundial.

A novidade foi a natureza e a originalidade deste novo Império em articular a sua abrangência e incontestabilidade, bem como a sua forma peculiar de controle não colonial dos territórios e suas relações com a expansão financeira e com os interesses e objetivos estratégicos americanos. Como disse Samuel Berger (2000), assessor de segurança nacional da presidência dos Estados Unidos, durante a administração Clinton,

a América controla (...) o acesso às redes de informação, comércio e segurança e com isto tem influência sobre as escolhas das nações. Muitos acontecimentos mundiais ocorreram por causa do uso deste poder pelos Estados Unidos, e não por causa de alguma necessidade pré-estabelecida e imposta pela globalização (BERGER, 2000, p. 24, tradução do autor).

Muitos analistas internacionais e historiadores localizaram a origem do projeto imperial americano na guerra hispano-americana de 1898, e na presidência de Theodore Roosevelt (1901-1908), momento em que os Estados Unidos já eram – no início do século XX – a maior potência industrial do planeta. Contudo, apenas depois de Hiroshima e Nagasaki e do fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se viram na condição de poder incontestável no campo militar, financeiro, produtivo e do conhecimento. Superioridade que lhe permitiu construir uma rede de bases militares através de todo o mundo ‘não socialista’, com uma forte presença no território dos seus antigos adversários. Neste mesmo período, suas grandes corporações partiram na frente e lideraram o processo de internacionalização das estruturas produtivas capitalistas, apoiadas num sistema monetário internacional baseado na moeda americana.

Esta situação se alterou com a crise dos anos 1970, mas de acordo com vários analistas, as mudanças promovidas nesse período se conformaram num instrumento implementado pela administração Nixon, que já apontava para o mesmo objetivo imperial. Qual então a grande novidade no final de século XX?

O fim da bipolaridade com a União Soviética, sem dúvida nenhuma. Mas a grande mudança ocorreu antes, influenciando a própria maneira em que se deu a rendição soviética. Uma transformação radical nos dois pilares em que todos os impérios sempre se sustentaram: o poder das armas e do dinheiro. A forma de funcionamento do novo sistema monetário mundial e da nova maneira americana de fazer a guerra.

De maneira simplificada, tudo começou com a derrota americana no Vietnã, seguida pelos sucessivos reveses da política externa dos Estados Unidos durante a década de 1970, tais como: a vitória da Revolução Islâmica no Irã; a vitória Sandinista na Nicarágua; a crescente presença soviética na África e no Oriente Médio, e finalmente, a invasão russa no Afeganistão. Um conjunto de humilhações que ajudou a eleger o conservador Ronald Reagan e legitimar seu projeto de retomada da Guerra Fria, no início dos anos 1980, seguido da expansão dos gastos militares do governo americano. Naquele momento começou, com o nome popular de “Guerra nas Estrelas”, a revolução militar que mudou completamente a concepção política e a base estratégica e logística do poder bélico dos Estados Unidos.

Durante este período, desenvolveram-se os novos sistemas de informação que permitiram o melhoramento das condições de controle e comando dos campos de batalha; o desenvolvimento de vetores e bombas teledirigidas de alta precisão e sistemas sofisticados de ataque furtivo, além de novos tipos de equipamentos sob comando remoto que permitiram, em conjunto, reduzir ao mínimo o risco de perda de soldados americanos. Uma mudança radical no campo da tecnologia militar cujos efeitos práticos, no campo de batalha e na política internacional, só se manifestaram na década de 1990.

Foi na Guerra do Golfo, em 1991, que ocorreu a primeira demonstração da nova maneira americana de fazer guerra. Depois de 42 dias de ataques aéreos, os americanos alcançaram uma vitória terrestre em menos de 100 horas, com menos de 150 mortes entre as forças aliadas que bombardearam o Iraque, e mais de 150.000 mortos iraquianos. E foi na guerra não declarada do Kosovo, em 1999, que foi possível testar e comprovar, pela segunda vez, este poder, controlado de forma quase monopólica pelos Estados Unidos. Após assistir aos 80 dias de bombardeio aéreo ininterrupto do território de Kosovo e da Iugoslávia, sem nenhuma perda humana entre os aliados e com a quase total destruição da economia adversária, os governantes e os generais de todo mundo tiveram certeza de que havia nascido, na década de 1990, uma nova guerra, uma espécie de ‘guerra tecnocrática’ que dispensava cada vez mais a necessidade de soldados-cidadãos ou patrióticos. Além disto, a Guerra do Golfo e do Kosovo anunciaram ao mundo que a nova ordem

política global se fundaria, a partir dali, em última instância, no instinto de poder e nos interesses dos mais fortes e no instinto de medo e rendição antecipada dos mais fracos.

Neste mesmo período, e de forma quase simultânea, se desenvolveu, a partir de 1973, uma outra revolução, de natureza financeira, que teve efeitos tão ou mais radicais para o exercício imperial do poder americano, do que os produzidos pela revolução militar. Mas somente na década de 1990, pôde-se apreciar com maior nitidez o funcionamento do novo sistema monetário-financeiro mundial, criado pelas políticas e reformas liberalizantes que levaram à desregulação e integração dos mercados e à livre circulação internacional dos capitais.¹⁵

Uma mudança que alterou de maneira radical a balança de poder, entre as autoridades públicas e os agentes e mercados financeiros privados, e entre as moedas dos diversos países. Na prática, esta revolução financeira deu origem a um novo sistema monetário internacional, uma espécie de “sistema dólar-flexível”.

Nesse novo padrão, o dólar continua sendo a moeda internacional. Só que agora finalmente livre das duas limitações que tanto o padrão ouro-libra, quanto ouro-dólar impunham aos países que emitiam a moeda-chave. (...) a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana (SERRANO, 2002, p. 250).

Um poder ainda maior, no caso da relação entre o dólar e as moedas fracas das economias periféricas que também desregularam seus mercados. Além do que, neste novo sistema, nascido da revolução financeira dos anos 1980, os Estados Unidos conquistaram a possibilidade, através do manejo de sua taxa de juros, não apenas de impor o valor das demais moedas, como também pela gestão financeira de curto prazo da economia mundial. O essencial, dentro das novas regras, foi que o dólar deixou de ter qualquer padrão de referência que não seja o próprio poder americano.

A possibilidade de fazer guerras à distância e sem perdas humanas, e o controle de uma moeda internacional sem padrão de referência que não seja o próprio poder do emissor, mudaram radicalmente a forma de exercício do poder americano sobre o mundo. Com a eliminação do poder de contestação soviético e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial de mercado, criou-se

¹⁵ O conjunto destas mudanças financeiras, aparece estudado em Tavares e Fiori (1997).

um tipo de território submetido à senhoriagem do dólar e à velocidade de intervenção das suas forças militares.

O espaço do novo tipo de império americano não é contínuo nem homogêneo. Seu poder apoia-se no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os Estados nacionais, nem a hierarquia do sistema interestatal. Reconhece a existência de Estados, que são seus adversários estratégicos, e exerce seu poder de maneira diferenciada com relação aos demais: vassalagem, no caso de alguns países do leste asiático e do Oriente Médio; hegemonia, no caso dos seus aliados europeus. Só na América Latina, o poder imperial americano é exercido sobre um território contínuo, incluindo todos os seus Estados, com a exceção de Cuba. Depois da guerra hispano-americana de 1898, e da crise e decadência da hegemonia mundial inglesa, que os Estados Unidos passaram a exercer um poder ou soberania supranacional incontestável com relação aos Estados latino-americanos.

Tais aparentes ausências de territorialidade e inexistência de contestação são o que levam muitos analistas a pensar que se trata de um império em redes que chegou para ficar. Contudo, esta forma de organização econômica e política envolve contradições e limites que podem erodir o poder deste império no longo prazo. Não cabe num artigo desta natureza uma discussão desta complexidade. Mas é possível, neste espaço, identificar, pelo menos, três limites à expansão deste império, que uma vez ultrapassados implicariam na sua degeneração ou desintegração.¹⁶

O primeiro tem a ver com a capacidade de sobrevivência do capitalismo, caso desaparecesse a competição entre os Estados ou poderes políticos territoriais. O segundo tem a ver com o fato de que uma autoridade imperial para que seja aceitável, eficaz e respeitada, requer a existência de alguma combinação de forças que reduza o grau de arbítrio e egoísmo do poder imperial. E o terceiro e último limite refere-se ao fato de que, para um poder global se sustentar no longo prazo, é indispensável que ele permita aos demais Estados ou 'províncias' independentes que seus governantes mantenham a sua legitimidade perante os seus governados, evitando, sobretudo, a tendência natural do sistema à "pauperização relativa" de suas populações. Esses três limites apontam para a mesma questão central: a necessidade ou não da competição interestatal como condição fulcral da acumulação capitalista e da gestão global do poder político mundial.

8. Impérios e Estados nacionais

¹⁶ Este tema aparece discutido, de forma mais extensa e evidenciada em Tavares e Fiori (1997).

Logo depois do fim da Guerra Fria, ainda não se falava sobre este novo império americano, mas, já ao longo dos anos 1990, estabeleceu-se uma polêmica sobre o futuro do sistema político e econômico mundial. Seu pano de fundo foi sendo armado por acontecimentos que, na maioria dos casos, contradiziam o otimismo das primeiras horas. No campo da economia internacional, ficava cada vez mais visível o aumento rápido e geométrico das distâncias entre a riqueza das nações.

Os Estados Unidos, a China e a Índia cresciam de forma acelerada, a Europa só saiu da estagnação de forma muito lenta, enquanto as economias do leste asiático sofriam um abalo na segunda metade da década de 1990, somando-se à uma longa estagnação japonesa. O leste europeu patinava e logo se percebeu que a Rússia tomaria muito tempo para recuperar os padrões de produção, produtividade e riqueza alcançadas pela economia soviética. No outro extremo, as economias emergentes latino-americanas se arrastavam, prisioneiras da camisa de força criada pelas suas políticas liberais e pela fragilidade financeira do seu novo modelo econômico de desenvolvimento, dependente e associado, cujas restrições externas não lhe deixavam margem para um crescimento rápido e sustentado.

Enquanto isto, no campo político e militar, depois da Guerra do Golfo, multiplicaram-se o número de guerras locais e incontroláveis na África e foram ficando cada vez mais complexos os conflitos nos Balcãs e na Rússia, que culminaram nas guerras do Kosovo e da Chechênia. O Oriente Médio e a Ásia aumentavam suas compras de armamento, enquanto a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte aceleravam seus programas nucleares, e a China assumia ou era posta na condição de principal adversário virtual dos Estados Unidos. Por outro lado, a Comunidade Europeia dava os primeiros sinais de que queria exercer, a médio prazo, algum tipo de 'direito de veto' com relação ao exercício do poder imperial americano.

Mesmo depois dos anos 2000, quando há uma recuperação econômica da periferia assentada em políticas de cunho mais nacionalista e a retomada de espaços importantes da Rússia enquanto potência regional, seria equivocado dizer que houve um abalo à liderança americana.

Mesmo depois da crise financeira de 2008, não faz sentido falar em crise final dos Estados Unidos nem muito menos do capitalismo. Mesmo o declínio relativo do poder americano com relação ao crescimento da importância econômica e política da China, não deve deslocar os Estados Unidos da posição de pivô do sistema mundial durante as próximas décadas. Tudo indica, pelo contrário, que os Estados Unidos se transformam na cabeça de um sistema de poder global que está atravessando dificuldades e incertezas produzidas pela mudança de sua condição de

“potência hegemônica”, até a década de 1970, para a condição de “potência imperial”, depois de 1991 (FIORI, 2013).

De qualquer maneira, é impossível prever exatamente como será o desenvolvimento desse novo tipo de ‘império’, porque não é colonial e terá de conviver com 195 Estados e economias nacionais, que têm assento nas Nações Unidas e são, ou se consideram, soberanos. A própria expansão do poder americano segue criando e fortalecendo novas potências emergentes que acabarão competindo entre si e com os próprios EUA, no longo prazo. Do ponto de vista americano, o essencial é impedir que alguma potência regional ameace sua posição de árbitro em última instância ou se proponha a desafiar sua supremacia naval e aérea em qualquer latitude do sistema mundial. Como lembrado num trabalho recente:

Com certeza, esse é um jogo de xadrez extremamente complicado, mas sem dúvida é o jogo da próxima década: de um lado, os Estados Unidos se distanciando e dividindo, e só intervindo em última instância; do outro, as demais potências regionais tentando escapar do “cerco americano” e lutando para impedir que os seus vizinhos conquistem posições hegemônicas dentro de sua própria região (FIORI, 2013, p. 216).

Ou seja, a discussão sobre os horizontes mundiais está longe de terminar e, além do mais, permanece a mesma dúvida ou divergência que alimentou, no início do século XX, o clássico debate entre Lenin e Kautsky sobre a viabilidade ou não de um ‘supercapitalismo’, gerido de forma condominial e pacífica, pelas grandes potências e corporações privadas que disputam o poder e a riqueza mundial (HOLLOWAY, 1983).¹⁷ Ou, pelo ângulo contrário, sobre a inevitabilidade ou não da competição imperialista e da guerra. Por trás desta incerteza internacional, escondem-se os problemas históricos e teóricos que ficaram esquecidos durante o período da hegemonia das ideias liberais: (i) as relações entre o poder político e a economia no desenvolvimento do sistema capitalista mundial e; (ii) as articulações entre a vocação expansiva do capital e o projeto imperial das grandes potências.

Neste ponto, a nova abordagem histórica e sistêmica que propomos, permite uma releitura da economia política do imperialismo e a formulação de algumas hipóteses históricas que podem ajudar a compreender as disjuntivas deste início de século XXI. Hipóteses sobre a história dos grandes projetos imperiais modernos surgidos na Europa junto com o sistema capitalista, os Estados e os mercados nacionais. Quais as principais lições desta história?

¹⁷ Holloway (1983) apresenta uma rediscussão sobre o debate entre Lenin e Kautsky.

Em primeiro lugar, o casamento do poder político com o capital privado foi um fato decisivo na origem da modernidade e do sistema capitalista. Tal união transformou a Europa no centro dominante do mundo e no lugar onde a riqueza mundial começou a concentrar-se de forma geométrica, a partir do século XVI.

Em segundo lugar, que foi deste casamento que nasceram, de forma quase simultânea, os Estados territoriais, as economias e identidades nacionais e os primeiros impérios mercantis ou coloniais, contrapondo o senso comum de que os Estados nacionais foram sempre um freio, ainda que impotente, ao movimento de globalização do capital. A lição da história caminhou numa direção oposta: se o 'capital' sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os Estados territoriais já nasceram tentando expandir seu poder na direção da extraterritorialidade, competindo entre si e tentando construir impérios cada vez mais globais. Esta tendência se impôs como um dado de realidade, nos séculos XVI e XVII, no momento em que se consagrava o direito à soberania dos Estados europeus e, ao mesmo tempo, espriavam-se pelo mundo os impérios ibéricos. Todavia, esta mesma 'lei' seguiu atuante, depois da revolução industrial inglesa e durante a segunda grande expansão colonial europeia, no século XIX, transformando-se no comportamento normal de todos os Estados que vieram a fazer parte do grupo das grandes potências do sistema político mundial. Foi o que percebeu Bukharin (1984), ao formular sua tese absolutamente original entre os autores marxistas – com a exceção de Hilferding –, de que

o desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros (BUKHARIN, 1984, p. 97).

Em terceiro lugar, a história ensinou que esta competição político-econômica entre os Estados europeus originários provocou uma convergência crescente de interesses e uma aliança duradoura entre os príncipes, os mercadores e os banqueiros. Aliança que também se manteve através dos séculos seguintes, na medida em que a competição entre os Estados e suas expansões imperiais se transformou numa formidável alavanca de acumulação e concentração territorial de riqueza. O espaço em que sempre atuaram os grandes predadores capitalistas, o verdadeiro ponto de encontro e lugar de reprodução ampliada do poder e da riqueza, mas sobretudo do capital financeiro.

Uma quarta lição da história foi que a competição entre esses ‘blocos’ – formados pela aliança entre Estados e capitais privados – acabou gerando uma estrutura permanente e hierarquizada, de poder e riqueza, dentro da própria Europa. “O sistema de produção mundial, adquire, assim, o aspecto seguinte: alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências civilizadas) e uma periferia de países retardatários (...)” (BUKHARIN, 1984, p. 67). Na esteira desse processo, depois do século XVII, o poder econômico e político concentrou-se cada vez mais no norte do continente, enquanto a região do mediterrâneo e do leste europeu iam se constituindo na primeira ‘periferia’ do sistema capitalista mundial.

Desde então, a composição deste núcleo central do sistema se alterou muito pouco através dos séculos. Um pequeno número de jurisdições políticas europeias e autônomas (ao qual se agregaram, no século XX, os Estados Unidos e o Japão), que pode ser considerado como o ‘núcleo orgânico’ de gestão política do capitalismo e o epicentro impulsionador das guerras mais violentas da história moderna. Guerras que foram absolutamente decisivas para a expansão dos mercados, a difusão do progresso tecnológico e a acumulação e distribuição da riqueza mundial. E, nesse sentido, também foram decisivas para a criação das janelas de oportunidade que permitiram, quando bem aproveitadas, o aumento da participação na riqueza mundial de alguns poucos Estados e territórios situados fora do núcleo central do sistema. Como foi o caso de alguns países do leste asiático, e do México e Brasil, no período entre 1950 e 1980.

Todavia, no último quarto do século XX, novamente foram ampliadas as distâncias entre esse ‘núcleo orgânico’ e a ‘periferia’, materializada na velocidade e intensidade com que se deu o processo de polarização da riqueza e da renda. Tampouco isso consistiu numa novidade com relação à história do sistema capitalista e de suas estruturas sociais e políticas.¹⁸ Com a exceção daqueles países num curto período do século XX, a expansão natural do sistema, quando movido pelos mercados autorregulados, produziu uma polarização crescente da riqueza entre

¹⁸ Desde o século XVI, a polarização da riqueza e do poder mundial, esteve por trás da competição entre os Estados, e de quase todas as suas grandes guerras. E a ‘pauperização social’, esteve por trás do conflito entre as classes, e de inúmeras guerras civis, dentro dos próprios Estados territoriais. Foi no momento em que se expandia o Império Espanhol, logo depois da eleição de Carlos V, como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 1519, e da Reforma Luterana, em 1517/20, que as rebeliões sociais camponesas se somaram às guerras religiosas, durante o processo de formação dos primeiros Estados nacionais europeus. Mais tarde, no século XIX, a expansão do Império Inglês foi contemporânea da “era das revoluções”, começando na Bastilha, em 1789, passando pelas revoluções de 1830 e 1848, e culminando com a Comuna de Paris em 1871. E a competição imperialista dos Estados europeus, que expulsam seus ‘pobres’ para a América, entre 1880 e 1914, não apenas acelera a polarização da riqueza mundial, mas também a luta de classes: é quando surgem os movimentos internacionalistas e cresce velozmente o poder eleitoral dos partidos social-democratas.

as nações e uma distribuição cada vez mais desigual da renda entre as classes sociais. Podendo-se dizer que a ‘lei’ da “pauperização relativa” de que falou Marx (1980), no século XIX, segue vigente, depois da era de ouro do capitalismo, entre 1950 e 1980, quando parecia haver sido superada pela aceleração do crescimento econômico mundial, e a criação do *Welfare State* nos países industrializados do ‘núcleo central’ do sistema. Durante os últimos 25 anos, entretanto, junto com o retorno das ideias liberais e a desregulação dos mercados, as desigualdades nacionais e sociais voltaram a crescer.

A compreensão da dinâmica interna deste ‘núcleo orgânico’ é absolutamente decisiva para qualquer discussão sobre o futuro do império americano e para a retomada do pensamento crítico sobre os destinos da periferia latino-americana. E o que a história ensinou, uma vez mais, foi que as lutas intestinais dentro deste núcleo foram sempre pautadas pelo conflito provocado por uma vontade imperial que conseguiu se impor aos demais Estados, durante um longo período da história, e que a partir daí tentou construir um projeto de império global. Foi o que quis dizer Nickolai Bukharin ao afirmar, no início do século XX, que “uma unidade econômica nacional que não baste a si mesma e que estenda infinitamente sua força até transformar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado do capital financeiro” (BUKHARIN, 1984, p. 99).

Em último lugar, tais projetos de constituição de um império mundial, todavia, nunca conseguiram se completar. Em todos os casos, estes impulsos imperiais dos poderes políticos e econômicos dominantes, acabaram sendo barrados por outras vocações, iguais e contrárias. E foi a existência simultânea destas várias vocações iguais e contrárias que produziram, em alguns momentos da história, sistemas internacionais de equilíbrio de poder como também levaram, noutros momentos, às grandes guerras dos Estados-potências. Uma recorrência que tem dado razão, até aqui, à convicção leninista de que

a evolução do sistema mundial tende para a constituição de um truste único, mundial, abrangendo, sem exceção, todas as empresas e todos os Estados. A evolução efetua-se, porém, em tais circunstâncias e num ritmo tal através de tais antagonismos, conflitos e convulsões – não apenas econômicos, mas também políticos, nacionais, etc. – que, antes de chegar-se à criação de um único truste mundial, antes da fusão “superimperialista” universal dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo deve estourar e transformar-se em seu contrário (LENIN, 1984, p. 13).

Pelo lado do poder político, ou pelo lado dos mercados, pôde-se chegar a uma mesma e surpreendente constatação: foi a resistência a estes grandes impulsos

imperiais da história moderna que gerou, simultânea e contraditoriamente, os Estados e os mercados nacionais que alavancaram a globalização do capitalismo. E, nesta dinâmica contraditória, só tiveram verdadeiro sucesso econômico e político os Estados que souberam se utilizar e se opor, simultaneamente, ao impulso imperial fazendo uso, no campo econômico, de vários tipos de políticas mercantilistas. Tais políticas foram, desde o século XVII, um instrumento decisivo para a criação e afirmação internacional do poder, de todos os Estados e de todos os capitais que cresceram resistindo aos grandes impérios. Da mesma maneira que as políticas liberais e livre-cambistas foram sempre a proposta e a linguagem do poder imperial vencedor, em cada momento desta história.

9. A título provisório

Também aqui, a história parece conter algumas lições preliminares, mas importantes, sobre estes pontos obscuros da teoria. A primeira é de que o sucesso dos projetos de ‘construção nacional’ sempre depende do grau de adesão a ele, das elites políticas e intelectuais, das burguesias e de sua capacidade conjunta de mobilização das classes médias e do povo. No entanto, na maioria dos países periféricos, dentro e fora da Europa, estas elites e burguesias são, quase invariavelmente, cosmopolitas e liberal-internacionalizantes. Só em circunstâncias muito especiais, o jogo político e a competição econômica internacional forçam as elites e burguesias locais a um rompimento com suas redes de solidariedade e lealdade internacional e a uma aproximação de suas populações locais. Quando ocorrem estes movimentos de ‘internalização’ das classes dominantes e de seus interesses econômicos, o nacionalismo cumpre o papel decisivo de soldagem de uma ‘comunidade de interesses’ – mesmo quando ela fora apenas imaginária –, unida por algum tipo de desafio externo. E só nestas circunstâncias, e em particular em condições de guerra, que a ‘orientação estratégica’ do desenvolvimento econômico nacional preocupa-se com a incorporação social da população, convergindo num mesmo projeto a luta por maior participação na riqueza mundial, com a promoção ativa da redistribuição interna da riqueza nacional.

Esta convergência entre as ‘questões nacionais’ e de ‘classe’ ocorreu sobretudo nos países da Europa Central e do Leste, e como é óbvio, nos movimentos de libertação nacional dentro dos velhos impérios europeus, na África e na Ásia. Foram os espaços onde a contradição capitalista, ligada ao problema da sua territorialidade, assumiu a forma mais nítida de uma consciência para si nacionalista, sem entrar em conflito com outras formas de consciência e luta de classes.

Mas, em todos os casos, não são os interesses materiais imediatos das elites burguesas ou do povo que criam um amálgama entre eles. O que de fato os aproxima, e redefine seus interesses estratégicos e suas coalizões políticas, são condições externas mais ou menos recorrentes. Em termos muito gerais e aproximativos, pode-se afirmar que – salvo raras exceções – a ‘internalização’ das elites e das burguesias, e sua aproximação nacionalista dos seus povos, só ocorre quando há algum tipo de bipolarização ou competição política, militar ou econômica, no campo internacional, capaz de ameaçar ou afetar os interesses do Estado e a riqueza das burguesias locais.

Neste ponto deve começar uma nova *démarche* sobre a origem, natureza e destino dos Estados latino-americanos, que sempre ocuparam um lugar *sui generis*, no sistema mundial, desde sua independência no século XIX. Foram Estados independentes e dirigidos, em geral, por elites locais, porém a ação econômica e as pressões liberalizantes dos países centrais não geraram neles nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão e com os Estados Unidos. De maneira que a competição interestatal, mesmo no espaço regional, nunca teve um papel decisivo no desenvolvimento dos seus capitalismo, e na multiplicação das suas riquezas nacionais. Como diz Charles Tilly, “os Estados da América Latina, (...) diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de Estados (...)” (TILLY, 1996, p. 278). Os novos Estados independentes, que nascem da decomposição dos impérios ibéricos, jamais viveram, como na Europa, as “formas de guerra que esmagaram temporariamente os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal” (TILLY, 1996, p. 262).

Polanyi (1980) e Tilly (1996) podem nos dar uma pista para compreender porque, pelo menos até a década de 1930, as iniciativas democratizantes e regulatórias das relações de trabalho e de proteção social só apareceram em alguns poucos países latino-americanos, que foram, de fato, uma espécie de domínio informal da Inglaterra, como foi o caso da Argentina e do Uruguai. E mesmo nestes casos, o movimento de regulação e proteção social nunca esteve associado a nenhum tipo de projeto nacionalista. Enquanto que, no Brasil, este mesmo princípio ou movimento de proteção social só se manifestou de forma tardia, sobretudo depois de 1930. E só em dois momentos – entre 1930 e 1955 e na década de 1970 – pode-se dizer que houve uma convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e o de regulação das relações sociais. Por isto, o projeto de ‘construção nacional’ ficou sempre inconcluso e o nacionalismo foi sobretudo uma ideologia de intelectuais, militares, burocratas e de um pequeno segmento empresarial.

Enquanto a ação do “princípio de proteção social” foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas europeias, nem a das modernizações autoritárias e ‘pelo alto’, ficando mais próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado, em sua Inconfidência Mineira, o sonho da criação de um república escravocrata (FIORI, 2001, p. 53).

Todavia, Tilly (1996) só aprofunda a análise destes Estados, do ponto de vista do papel central que neles ocuparam os militares, desconsiderando o fato de que, apesar da ausência de guerras internas, estes países não viveram isolados ou impermeabilizados com relação às consequências da dinâmica competitiva, das guerras e das crises econômicas que se desenvolviam no núcleo central do Sistema Mundial.

Tais fatores pesaram na história do continente, não apenas durante as lutas coloniais da União Ibérica com os países da Europa do Norte, como também no período que vai da exaustão das colônias espanholas e da descoberta das minas gerais brasileiras até a colagem dos novos estados na economia mundial liderada pela Inglaterra, depois de 1860. Para não falar dos processos de independência nacional, inaugurados pelas guerras napoleônicas e sacramentados pelos acordos do Congresso de Viena, sob a batuta e tutela inglesa. Nem Tilly (1996), nem Polanyi (1980), mas tampouco os estruturalistas e marxistas latino-americanos deram maior atenção, nas suas análises históricas, em particular no caso brasileiro, ao fato decisivo da desconexão do processo de formação dos mercados e dos capitais mercantis e financeiros nacionais, com o processo de construção do Estado imperial brasileiro. Processos paralelos que não geraram o efeito dinamizador e expansivo do capital e do poder, tal como ocorreu na origem conjunta do capitalismo e dos primeiros Estados territoriais.

A ausência desta história nas análises críticas talvez explique a dificuldade que todos sempre tiveram para interpretar a natureza político-econômica, nacional e internacional a um só tempo, do “crescimento para dentro”, do “nacional-populismo” ou da “industrialização restringida”, processos que se viabilizam no contexto da longa crise bélico-econômica mundial, que se estendeu de 1914 até 1945. Este fato também tornou mais difícil incorporar o papel da Guerra Fria, não apenas na explicação do autoritarismo político latino-americano, mas também na explicação do avanço acelerado, no caso brasileiro, depois de 1955, da “industrialização pesada” e da “internacionalização do mercado interno”.

Por tudo isto, um novo programa de pesquisa sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano tem que passar, inevitavelmente, por uma

reperiodização da sua história, e começar pelo estudo das relações entre os impérios bem como este tipo peculiar de províncias independentes que transformaram a América Latina no primeiro laboratório mundial de experimentação, do ideal sonhado da economia política clássica, até 1848: a multiplicação de Estados independentes, com economias abertas e políticas liberais, associados integralmente ao dinamismo da economia industrial inglesa. Exatamente aquilo que os estruturalistas chamaram, um século depois, de Periferia.

10. Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1995.
- BERGER, S. R. A foreign policy for the Golden Age. **Foreign Affairs**, vol. 79, n. 6: 22-39, dez. 2000.
- BIELCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- BRAUDEL F. **Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.
- BRAUDEL, F. **O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CANTILLON, R. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral (1755)**. Curitiba: Segesta Editora, 2002.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F. H. Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, A. (Ed.) **Authoritarian Brazil: origins, policies and future**. New Haven: Yale University Press, 1973.
- CARVALHO, A. R. de; BORGES NETO, J. M. A economia monetária de Cantillon e o debate moderno entre ortodoxia e heterodoxia. In: XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2010, Universidade Federal do Maranhão. **Anais...** [...]. São Luís: Sociedade Brasileira de Economia Política, jun. 2010.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro.: Zahar Editora, 1993

FIORI, J. L. C. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FIORI, J. L. C. A propósito de uma construção interrompida. In: TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FIORI, J. L. C. **Brasil no espaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FIORI, J. L. C. Ontem, Hoje e 2030: Tendências do Sistema Mundial – com Ênfase na América do Sul. In: GADELHA, P.; CARVALHO, J. N. ; PEREIRA, T. R. (Orgs.) **A saúde no Brasil em 2030**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Ipea; Ministério da Saúde; Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

FIORI, J. L. C. A nova estratégia americana. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Artigos)**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2017. Geopolítica.

FIORI, J. L. C. Geopolítica e fé. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Artigos)**, Rio de Janeiro, 07 jan. 2019. Geopolítica.

FIORI, J. L. C.; LEÃO, R. P. F. A necessária recuperação do debate estrutural na América Latina. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 05 mai. 2019. Geopolítica.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, C. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAYA DE LA TORRE, V. R. **Por la emancipación de América Latina**. Buenos Aires: Gleizer, 1927.

HIRSCHMAN, A. O. The political economy of Latin American Development: seven exercises in retrospection. **Latin American Research Review**, London, vol. 22, n. 3: 07-36, 1987.

HOLLOWAY, S. Relations among core capitalist states: the Kaustky-Lenin debate reconsidered. **Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne De Science Politique**, Quebec, vol. 16, n. 2: 321-333, jun. 1983.

LENIN, V. Prefácio. In: BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LIST, F. **Sistema nacional de economía política**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política)**: Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil - Colônia e império**. 13 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PREBISCH, R. Interpretação do processo de desenvolvimento econômico (Estúdio Econômico de la CEPAL - 1949). **Revista Brasileira de Economia**, ano 5, n. 1, mar. 1951.

RICARDO, D. **The principles of political economy and taxation**. London: Penguin Books Ltda./Pelican, 1971.

ROSSO, F. La enigmática supervivencia política de Mauricio Macri. **Nueva Sociedad**, n. 279: 4-12, enero/febrero, 2019. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Rosso_279.pdf>.

SANTOS, F. P. A economia política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 12: 17-42, jan./jun. 2013.

SCHMOLLER, G. **Política social y economía política: cuestiones fundamentales**. Barcelona: Imprenta de Henrich e Cia, 1905.

SCHWARZ, R. **Sequencias brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19): 237-253, jul./dez. 2002.

STEUART, J. **An inquiry into the principles of political economy**. Chicago: Oliver and Boyd, 1966.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. C. (Orgs.) **Poder e dinheiro** - Uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. (Org.) **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. Zahar Editora, 1970.

TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Unesp, 1996.

WALLERSTEIN, I. **The modern World System I: Capitalist agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974.